

O MANUAL DO PRESIDENTE

Carmen Fonseca

FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO

**A Arte da Política.
A História Que Vivi**

Rio de Janeiro,
Civilização Brasileira,
2006, 699 páginas

As economias emergentes são, por norma, marcadas por uma grande riqueza e por um grande volume de investimentos estrangeiros, mas também por uma grande desigualdade social. O Brasil, como economia emergente que é, depara-se com esse dilema.

A democratização brasileira, ocorrida em 1985, criou novas exigências na sociedade, para as quais foi necessário encontrar mecanismos de resposta. Desde então, os Governos brasileiros têm tentado conjugar o crescimento da economia com o desenvolvimento social, o que tem sido difícil de alcançar. Fernando Henrique Cardoso (FHC), Presidente do Brasil entre 1995 e 2002 e figura de destaque na transição para a democracia, apresenta neste livro alguns dos esforços para assegurar o desenvolvimento económico e social do Brasil.

A *Arte da Política. A História Que Vivi* não é a autobiografia de FHC, mas antes a análise da sua experiência política. O percurso que o levou à entrada na política, a chegada a senador, a ministro (das Relações Exteriores e da Fazenda) e a Presidente da República. A política económica ocupa

grande parte do livro, assim como ocupou também a maior parte do seu tempo enquanto Presidente. A economia trouxe-lhe a popularidade e o reconhecimento internacional, mas também foi por causa dela que a sua estrela foi perdendo algum brilho.

Na obra, FHC gosta de confundir o político e o sociólogo. Se começa por contar alguns episódios políticos, logo os intercala com análises e reflexões sobre Maquiavel, Tocqueville, Marx, Weber, Habermas ou Bobbio.

Assim, o livro tem dois objectivos fundamentais. Por um lado, o de demonstrar que o grande valor de FHC é a democracia. Tal como refere, «a luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil foi a bandeira da geração de políticos a que pertença» (p. 549). E, por outro, num âmbito mais específico, que as suas políticas não se enquadraram na teoria neoliberal característica da época: «não preciso insistir sobre o cantochão deste livro: jamais subscrevi as ideias “neoliberais” a favor de um Estado mínimo» (p. 559). De modo a justificar as decisões que adoptou em determinados momentos, FHC

enquadra-as no respectivo contexto político-social e conjuntura internacional, assim como reflecte, sociologicamente, sobre os acontecimentos, pois «quando se olha a história já feita, é bem mais fácil do que quando ela está sendo tecida, sob condições adversas» (p. 339).

INTELLECTUAL E POLÍTICO

Sociólogo, professor universitário e político, FHC é oriundo de uma família de classe média e de militares. O seu percurso académico e, mais tarde, político, foi influenciado pelo regime autoritário implantado no Brasil em 1964, ao qual FHC foi um claro opositor. Por isso foi obrigado a sair do país. Esteve no exílio durante quatro anos. Primeiro no Chile, e depois em França quando foi convidado para leccionar na Universidade de Paris. Em 1968, regressou ao Brasil, resultado do *habeas corpus* que lhe foi atribuído e que cancelou a ordem de prisão. O regime autoritário, no entanto, não permitiu que ele continuasse na Universidade de São Paulo (USP) e por isso ele criou, juntamente com outros professores da USP, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), ponto de partida para a sua actividade política. Apesar de ter sido o Presidente brasileiro com mais notoriedade e reconhecimento no exterior, FHC reserva apenas o último capítulo de *A Arte da Política. A História Que Vivi para falar sobre a política externa*. Centra-se nas viagens que fez e nos contactos que teve com outros presidentes – aquilo a que chama de diplomacia presidencial. Aproveita para reforçar a ideia de que a linha orientadora da sua política externa foi a consolidação da presença «na

América do Sul, sem deixar de reconhecer a importância do México, como parte da América Latina [...]. Quanto mais fortalecêssemos nossos vínculos latino-americanos, mais poderíamos negociar vantajosamente com os EUA e o Canadá na ALCA [Área de Livre Comércio das Américas]» (p. 611). Daqui resulta a importância da criação do Mercosul e do bom relacionamento com os Estados Unidos. Mas o objectivo de FHC era ter «uma presença global» (p. 612), e por isso era importante o relacionamento com a Europa Ocidental, com a África, mas também com os países asiáticos.

A CHEGADA À POLÍTICA

Foi no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo, que, sem dar por isso, FHC começou a participar na vida partidária, aquando do pedido de Ulysses Guimarães para a preparação do programa eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para as eleições presidenciais de 1978. O CEBRAP começou a ser também o apoio ideológico daquele partido. Ali, a ideia que os investigadores inicialmente tinham, e FHC em particular, era a de que não eram políticos: «nós éramos cientistas sociais, não ativistas políticos, e receávamos a contaminação no contato com os políticos» (p. 81). Pois bem, essa «contaminação» acabou mesmo por acontecer, com a candidatura para o Senado de FHC como suplente de André Franco Montoro e com a mudança de nome do partido para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Apesar de FHC ter participado nas reuniões que levaram à cria-

ção do Partido dos Trabalhadores (PT), optou por permanecer no então transformado MDB, pois preferia «um partido dos assalariados em vez de um partido de trabalhadores, com a conotação de partido proletário. Tampouco acreditava em políticas sem alianças» (p. 88).

Em finais dos anos 70 já era possível perceber um novo clima político que favorecia a democratização: a fraca censura aos meios de comunicação social, o multipartidarismo, e a nova legislação partidária, bem como «a onda democratizadora desencadeada na Europa, especialmente na Península Ibérica, com o fim das ditaduras de corte fascista em Portugal, em 1974, e em Espanha, em 1975» (p. 92). Foi neste contexto, ainda na vigência do regime autoritário, que FHC entrou para o Senado. Em 1982, o PMDB ocupou os lugares de governador nos principais estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). O senador André Franco Montoro foi eleito governador do Estado de São Paulo, e por isso cedeu o lugar no Senado ao seu suplente – FHC.

A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

A campanha das «Diretas Já», que foi a reivindicação por eleições presidenciais diretas, traduziu-se no sopro que faltava para o regime autoritário cair. FHC, juntamente com Franco Montoro, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, teve um papel determinante na campanha e, embora em 1984 a emenda não tivesse sido aprovada no Congresso, foi suficiente para mobilizar a sociedade em torno da democratização, e para a vitória de Tancredo Neves como Presidente e José Sarney como vice-presi-

dente nas eleições de 1985, ainda sob as regras do regime autoritário.

FHC recorda com grande simpatia Tancredo Neves que acabou por falecer antes de tomar posse, tendo o vice-presidente ocupado o lugar. A morte de Tancredo Neves reduziu a influência de FHC no novo Governo, influência que foi retomada com o prestígio adquirido enquanto senador, e com a eleição, em 1992, de Itamar Franco. Apesar da morte de Tancredo Neves, José Sarney levou adiante os principais objetivos do Presidente eleito. De facto, «a nova República que Tancredo lançara, seria tocada adiante por Sarney, com as limitações que sua condição de Presidente por acaso acarretavam, sem que nunca seja possível saber como teria sido com o seu idealizador» (p. 105). A Assembleia Constituinte foi convocada em 1986 e teve como presidente Ulysses Guimarães, e mais não era do que o reflexo da confusão do Brasil da época. FHC refere ainda que ali se jogaram mais os interesses de poder do que propriamente os assuntos constitucionais, «a questão “doutrinária”, a de saber se o melhor sistema de Governo para o país seria o parlamentarismo ou o presidencialismo, pesou menos do que a luta pelo poder na Constituinte» (p. 123). Os constituintes dividiram-se quanto a este assunto, e não foi fácil encontrar um consenso. FHC revelou-se a favor do parlamentarismo, já que o importante era alterar o sistema. Essa não era a opinião da maioria, e em 1988 foi aprovada a emenda que institucionalizou o presidencialismo. Para FHC tal decisão aconteceu uma vez que aos constituintes interessava saber «quais as melhores chances que eu ou o meu agru-

pamento temos para ascender ao poder ou para mantermo-nos nele, com um ou outro sistema» (p. 127) e não qual o melhor sistema para o país.

Em 1988, juntamente com Mário Covas, criou o Partido da Social-Democracia Brasileiro (PSDB) porque considerava que o PMDB já não conseguia responder à nova organização do Estado e da sociedade – «o PSDB nasceu como consequência da presença de uma classe média urbana, profissional e universitária, mais incorporada às forças modernizadoras da sociedade e da economia» (p. 131).

O sistema de partidos é um tema muito relevante nas reflexões de FHC. Começa por assumir a diferença que existe entre o sistema político-partidário europeu e brasileiro. O sistema europeu não tem que ser o modelo, e «portanto não há razões maiores para desqualificar os partidos brasileiros em função de um modelo abstracto, que restringe a capacidade de acção partidária coerente a organizações políticas cuja marca seja uma ideologia definida em função dos interesses das classes sociais» (p. 77). Porém, existem alguns problemas no sistema partidário brasileiro, principalmente as arrumações partidárias, ou seja, a confluência no mesmo partido de pessoas e correntes diversas fazendo com que não exista nem homogeneidade nem «regras de fidelidade» nos partidos políticos, o que dificulta a negociação entre as instituições. É pois a falta de tradição partidária e a fraca capacidade em controlar os comportamentos dos parlamentares que permite esta volatilidade, tornando os partidos fragmentados.

O CALCANHAR DE AQUILES: A ECONOMIA

Como ministro da Fazenda e depois como Presidente da República, FHC teve uma dura tarefa no relançamento da economia brasileira. O chamado «Milagre Económico» dos anos 70 e a democratização aumentaram as exigências da sociedade. As tentativas falhadas dos Governos anteriores reflectiram na sociedade uma imagem negativa da política económica, e por isso «não bastava dispor de boa técnica sem o essencial passo de buscar apoio na sociedade, na mídia, no Congresso, principalmente para propor medidas tidas como impopulares» (p. 148).

Quando se ocupa da pasta da Fazenda, no Governo de Itamar Franco, em 1993, era já o quarto ministro em menos de sete meses, o que demonstra como aquela área ameaçava tornar-se ingovernável. Para superar as dificuldades, FHC formou uma equipa de economistas de modo a preparar um plano para conter a inflação. Numa primeira fase pretendia restabelecer a credibilidade do Governo, obrigar os estados federados a pagarem a dívida à união e promover o investimento através da privatização de empresas estatais; e numa segunda fase pretendia levar a cabo uma reforma monetária, que culminaria com a alteração da moeda para o real. Daqui saiu o Plano Real, que se tornou o grande trunfo eleitoral de FHC. Progressivamente, ganhou o apoio popular indispensável para a implementação das suas políticas. A sociedade começou a ver no Plano Real, e na alteração da moeda, a solução para as persistentes crises que afligiam a economia nacional. De facto, funcionou como um «curto-circuito» facilitador da mudança, ou seja,

a partir dali desenvolveu-se aquilo que o sociólogo define como «as reacções em cadeia que levam a transformações muito mais profundas do que havia sido inicialmente imaginado ou desejado» (p. 207). Assim, em 1994, e apesar da desconfiança da equipa quanto aos resultados que se poderiam obter, FHC lança o Plano Real, e «na praça, o povo, com notas de 1 Real nas mãos, pedia que eu as autografasse» (p. 208). Estavam criadas as condições para se candidatar à Presidência da República, que ganhou na primeira volta. Contudo, FHC refere que eram claras as marcas da coligação governamental, «centrada em um partido ainda pequeno e inexperienced, com não mais de seis anos de vida, que elegera 20 por cento da Câmara dos Deputados» (p. 223).

Como Presidente, FHC manteve a prioridade na área económica, de modo a não comprometer o que tinha alcançado com o Plano Real. O primeiro mandato ficou marcado pelos anos de ouro do consumo interno, fazendo com que a popularidade do Presidente se mantivesse sempre elevada. As alterações no câmbio eram a exigência mais repetida a FHC, tendo este optado pelas alterações na taxa de juro, pois «o Governo continuava a gastar muito, acumulando deficits, e era isto que elevava a taxa de juro, não apenas, nem principalmente, a alta taxa de câmbio que mantínhamos» (p. 378).

No final do primeiro mandato as crises económicas e financeiras voltavam a assombrar o Governo de FHC, associadas à crise dos «Tigres Asiáticos», em 1997, e da Rússia, em 1998. E a verdade é que, em 1999, «o Governo, ou melhor,

o Estado, não dispunha dos recursos institucionais nem da experiência para controlar da noite para o dia a desordem financeira herdada do período inflacionário» (p. 581). E, por isso, continuavam as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de modo a conseguir-se um acordo de ajuda, indispensável para a estabilidade da economia, mas com duras exigências, incluindo a alteração de regime cambial, a que FHC teve de ceder. As negociações com o FMI, associadas às exigências por ele impostas (liberalização dos mercados, privatizações, redução do papel do Estado no mercado), fizeram com que as medidas adoptadas por FHC adquirissem a reputação de «neoliberais». Designação que ao longo da obra o autor pretende contrariar, pois nunca teve como objectivo eliminar o Estado do seu papel de regulador das forças do mercado. Justifica-o dizendo que «só liberais antiquados e neoliberais exaltados deixam de perceber que sem Estado competente na regulação e no controle do mercado [...] o bom desempenho da economia não se sustenta em longo prazo» (p. 577). Mas a verdade é que, por causa da pressão do FMI para a adopção de determinadas medidas – ditas neoliberais – ou por qualquer outro motivo, o Brasil sofreu as consequências disso mesmo, tal como a Ásia ou a Rússia. Contudo, FHC prefere advogar que o seu intuito nunca foi eliminar o papel do Estado, mas antes rentabilizar o capital social e enquadrar o conceito de cidadania que gradualmente se foi robustecendo graças à democratização.

No entanto, tais intenções não foram suficientes para estabilizar a economia brasi-

leira. No segundo mandato verificou-se a desvalorização do real e o fraco crescimento da economia, que juntamente com a cada vez mais esperada eleição de Lula, contribuíram para o impasse nos mercados financeiros e para o enfraquecimento político de FHC. Mas a verdade é que o fio condutor da política económica de Lula não iria desviar-se da seguida nos Governos anteriores. Como FHC faz questão de salientar: «os mercados só se acalmaram quando para surpresa de muitos o Presidente eleito e o novo Ministro da Fazenda, António Pallocci, mostraram claramente que seguiriam o curso traçado por meu Governo» (p. 444). Passados cinco anos da saída de FHC da cena política, a situação brasileira, apesar da evolução económica, continua a apresentar graves carências a nível social. O sentimento de FHC é de desilusão, porque apesar de todas as tentativas o Brasil

ainda não atingiu os índices de desenvolvimento humano desejados. Por outro lado, mostra-se optimista e recomenda criatividade no lançamento da imagem internacional do Brasil (em que o futebol serve de exemplo), pois «a força de um país não se limita à de suas armas, de sua economia ou de seu talento diplomático. A criatividade de seu povo é o fundamento da verdadeira grandeza» (p. 672).

Economia, sociologia e política são as disciplinas deste manual. Uma experiência que, além de ser a história vivida de FHC, é a história contemporânea do Brasil. Contada lucidamente na primeira pessoa por um Presidente que marcou, e ajudou a consolidar, a democracia brasileira, consciente de que para olhar para o futuro é preciso «voltar às palavras de Weber: a política requer perspectiva e paixão» (p. 675).